

CONSELHO DE MINISTROS

Resolução n.º 2/2004,

de 09 de Fevereiro

Convindo aprovar o Regulamento de concurso público para atribuição de licenças para o exercício da actividade de televisão por assinatura, nos termos do n.º 4, do artigo 5º, do Decreto-Lei n.º 2/2004, de 09 de Fevereiro.

No uso da faculdade conferida pelo n.º 2 do artigo 260º da Constituição, o Governo aprova a seguinte Resolução:

Artigo 1º

Aprovação

É aprovado o Regulamento de concurso público para atribuição de licenças para o exercício da actividade de televisão por assinatura, baixa assinado pelo Ministro de Estado e das Infra-estruturas e Transportes, e que faz parte integrante da presente Resolução.

Artigo 2º

Entrada em Vigor

O presente diploma entra em vigor no dia seguinte ao da sua publicação.

Vista e aprovada em Conselho de Ministros

José Maria Pereira Neves

Publique – se

O Primeiro Ministro, José Maria Pereira Neves

ANEXO

Regulamento de concurso público para atribuição de licenças para o exercício da actividade de televisão por assinatura.

Artigo 1º

(Objecto)

O objecto da presente Resolução é a regulamentação do concurso público para atribuição de licenças para o exercício da actividade de televisão por assinatura.

Artigo 3º

(Legislação aplicável)

1. O concurso rege-se pelas disposições constantes do Decreto-Lei n.º 2/2004, de 09 de Fevereiro do presente Regulamento e do aviso de abertura de concurso.

2. As licenças atribuídas regem-se pelas disposições constantes do Decreto-Lei n.º 2/2004, de 09 de Fevereiro do presente Regulamento, bem como ainda pela demais legislação do sector das comunicações.

Artigo 2º

(Obrigações dos licenciados)

1. Os licenciados são obrigados a cumprir as leis nacionais vigentes, na parte em que lhe forem aplicáveis, bem como os mandatos ou injunções que, nos termos da lei, lhe sejam dirigidos pelas autoridades competentes.

2. As entidades licenciadas obrigam-se também a cumprir os normativos que no futuro venham a ser publicados, ainda que estes prescrevam disposições resultantes de necessidades ou exigências de uso público não previstas à data da atribuição da licença.

Artigo 3º

(Fases do concurso público)

O concurso público processa-se nas seguintes fases:

- Publicação do anúncio de abertura do concurso;
- Apresentação das propostas;
- Abertura das propostas;
- Apreciação das propostas;
- Atribuição da licença.

Artigo 4º

(Abertura do concurso)

O concurso é aberto por despacho do membro do Governo responsável pela área das comunicações, a publicar por aviso na 2ª série do *Boletim Oficial*, que contém:

- Indicação do objecto e prazo do concurso;
- Indicação da entidade que promove a realização do concurso;
- Indicação de modalidade de TV por assinatura;
- Indicação das disposições que regem a atribuição das licenças;
- Explicitação dos instrumentos que enformam o concurso.

Artigo 5º

(Concorrentes)

Podem concorrer empresas públicas ou sociedades constituídas que preencham as condições fixadas no artigo 6º do Decreto-Lei n.º 2/2004, de 09 de Fevereiro.

Artigo 6º

(Caução provisória)

1. Para garantia do vínculo assumido com a apresentação das propostas e das obrigações inerentes ao concurso, os concorrentes devem prestar uma caução no valor de duzentos e cinquenta mil escudos (250 000\$00).

2. A caução é prestada através de depósito, em dinheiro ou em títulos emitidos ou garantidos pelo Estado, efectuado no Banco de Cabo Verde, à ordem do Estado.

3. O depósito referido no número anterior pode ser substituído por garantia bancária ou seguro-caução que ofereça garantias equivalentes àquele, à ordem do Estado, em qualquer dos casos devidamente documentados.

4. A caução poderá ser levantada pelos concorrentes logo após o termo do prazo da entrega das propostas, caso não tenha sido apresentada proposta ou esta não tenha sido admitida.

5. Para os efeitos do disposto no número anterior, o Instituto das Comunicações e Tecnologias de Informação – ICTI deve promover, nos 10 dias úteis subsequentes, as necessárias diligências para o efeito.

Artigo 7º

(Pedidos de esclarecimento)

1. Os concorrentes podem solicitar, no decurso do prazo de entrega das propostas e até 10 dias úteis antes do prazo ter terminado, o esclarecimento de quaisquer dúvidas que se lhes suscitem na interpretação de quaisquer instrumentos do processo do concurso.

2. Os pedidos de esclarecimento devem ser apresentados na sede do Instituto das Comunicações e Tecnologias de Informação – ICTI, por escrito, contra recibo comprovativo da entrega, ou enviados por carta registada, com aviso de recepção, dirigidos ao Presidente do Instituto das Comunicações e Tecnologias de Informação.

3. Os esclarecimentos são prestados pelo Presidente do Instituto das Comunicações e Tecnologias de Informação, por carta registada, com aviso de recepção, expedida até cinco dias úteis após as datas de recepção referidas no número anterior, promovendo o Instituto

das Comunicações e Tecnologias de Informação a sua imediata inclusão no livro de consulta, a que se refere o artigo 8º.

4. Os operadores de redes públicas e os prestadores de serviços de telecomunicações de uso público estão obrigados, pelo presente Regulamento e para efeitos deste concurso, a prestar todos os esclarecimentos que o Instituto das Comunicações e Tecnologias de Informação lhes solicite, a fornecer no prazo que lhes for fixado, nomeadamente de modo a permitir o cumprimento do disposto no número anterior.

Artigo 8º

(Livro de consulta)

1. O Instituto das Comunicações e Tecnologias de Informação deve manter aberto um livro contendo todas as peças integrantes do processo do concurso, os pedidos de esclarecimento solicitados, bem como as respostas aos mesmos, para livre consulta, entre as 9 e as 16 horas, por qualquer concorrente.

2. Os concorrentes podem solicitar fotocópias, autenticadas pelo Instituto das Comunicações e Tecnologias de Informação do livro de consulta.

3. O livro de consulta é encerrado e arquivado no Instituto das Comunicações e Tecnologias de Informação no dia da realização do acto público do concurso.

Artigo 9º

(Modo e prazo de apresentação de candidaturas)

1. As candidaturas para obtenção de licença devem ser formalizadas mediante pedido escrito dirigido ao membro do Governo responsável pela área das comunicações, em triplicado, do qual conste a identificação do concorrente, a modalidade de TV por assinatura a que se habilite, a referência ao aviso de abertura do concurso e a data e assinatura do concorrente.

2. O pedido deve ser redigido em língua portuguesa, sem rasuras, emendas, entrelinhas ou palavras riscadas, sempre com o mesmo tipo de letra.

3. Os pedidos de candidatura devem ser entregues na sede do Instituto das Comunicações e Tecnologias de Informação, contra recibo comprovativo da entrega, entre as 9 e as 16 horas.

4. O prazo para entrega dos pedidos termina 22 dias úteis após a data da publicação do aviso de abertura do concurso no *Boletim Oficial*.

5. Se o envio for efectuado pelo correio considera-se data da entrega a data do carimbo dos Correios de Cabo Verde.

Artigo 10º

(Atrasos)

Na situação prevista no artigo 7º, havendo utilização dos serviços de correio, o concorrente é o único responsável pelos atrasos que se verifiquem, não podendo apresentar qualquer reclamação no caso de a entrega do pedido de esclarecimento se verificar já depois de esgotado o prazo aplicável.

Artigo 11º

(Instrução do pedido)

1. Sem prejuízo de outros elementos que a Administração entenda solicitar no aviso de abertura de concurso, os concorrentes devem apresentar com o respectivo requerimento de candidatura:

- a) Documento comprovativo de que o candidato cumpre os requisitos referidos no artigo 4º do presente Regulamento do Concurso;
- b) Declaração da entidade com poderes para vincular o concorrente, nessa qualidade reconhecida notarialmente, donde conste expressamente a aceitação das condições do concurso e sujeição às obrigações decorrentes do acto da candidatura e das respectivas propostas em caso de atribuição de licença;
- c) Certidão da matrícula e inscrições em vigor emitida pela Conservatória dos Registos competente;
- d) Fotocópia autenticada dos respectivos estatutos;
- e) Documento comprovativo da prestação de caução provisória nos termos fixados no artigo 6.º;
- f) Documento que refira a composição do capital social directo e indirecto até ao segundo nível;
- g) Documento comprovativo de regularização da situação contributiva perante a segurança social e perante as contribuições e impostos;
- h) Declaração de conformidade de contabilidade organizada nos termos do Plano Nacional de Contabilidade;
- i) Documento que reflecta a estrutura organizativa da entidade concorrente, com identificação dos principais responsáveis e resumo dos respectivos curricula;
- j) Proposta detalhada relativa à instalação e exploração do sistema a desenvolver de acordo com o plano básico da qual constem, nomeadamente, a caracterização e arquitectura da rede, o planeamento do sistema, o plano de cobertura, a gama de serviços e a qualidade de serviço;
- k) Plano económico-financeira do qual constem as previsões de mercado, a estratégia de

actuação, relevando as aplicações a que se destinam a modalidade a utilizar, o sistema de preços, bem como os documentos económico-financeiros que traduzam a implementação do projecto e a operação do sistema, evidenciando as fontes de financiamento;

- l) Quaisquer outros elementos que o concorrente considere relevantes para a apreciação da sua candidatura.

2. Para efeitos da alínea f) do n.º 1, os concorrentes devem indicar, especificadamente, quem são, e em que montante, os titulares, pessoas individuais ou colectivas, do capital social da entidade concorrente, bem como, caso algum ou alguns dos sócios sejam pessoa colectiva, proceder, quanto a estes, à mesma indicação especificada.

3. A Administração pode determinar, no aviso de abertura de concurso, que alguns elementos referidos no n.º 1 e outros que solicitar, sejam representados em CD-ROM, não regravável, com os respectivos ficheiros no formato PDF (Adobe Acrobat versão 4 ou superior), os quais devem considerar a numeração sequencial das páginas por capítulo.

4. A parametrização de acesso aos ficheiros referidos no número anterior deve assegurar que este apenas possa ser efectuado mediante permissão através da utilização de uma *password*, a qual deve ser indicada mediante declaração encerrada em envelope.

5. O conteúdo dos ficheiros referidos no n.º 3 pode ser criptografado, devendo, nesse caso, os concorrentes fornecer as chaves ou certificados necessários para a sua consulta, nos termos referidos na alínea anterior.

6. A parametrização inerente ao registo dos ficheiros no formato previsto no ponto 4 deve garantir a impossibilidade de alteração do seu conteúdo e de outra gravação, em qualquer meio.

7. Todos os documentos que instruem o pedido de candidatura devem ser redigidos em língua portuguesa ou, no caso de não o serem, devem ser acompanhados da tradução devidamente legalizada e em relação à qual o concorrente declara aceitar a prevalência, para todos os efeitos, sobre os respectivos originais.

8. Todos os documentos apresentados pelos concorrentes e que instruem o pedido de candidatura não são devolvidos, ficando na posse do Instituto das Comunicações e Tecnologias de Informação.

Artigo 12º

(Distribuição das peças do concurso e enumeração dos processos)

1. O pedido de candidatura deve ser apresentado em envelope opaco, fechado, autónomo, identificado, e lacrado com a referência a "PROPOSTA PARA

ATRIBUIÇÃO DE LICENÇAS PARA ACTIVIDADE DE TELEVISÃO POR ASSINATURA".

2. O invólucro referido no número anterior deverá ser introduzido em um outro com a identificação do concorrente e endereçado ao Presidente do Instituto das Comunicações e Tecnologias de Informação.

3. Os documentos que instruem o pedido de candidatura devem ser apresentados em três volumes fechados, identificados e separados de acordo com a estrutura exigida no aviso de abertura de concurso, distinguindo-se o da identificação do candidato, o do plano técnico e o do plano económico-financeira, contendo cada um os documentos em triplicado.

4. Os processos de candidatura apresentados serão numerados em função da data entrada ou da data dos carimbos dos Correios de Cabo Verde.

Artigo 13º

(Acto público de concurso)

1. O acto público do concurso para abertura dos pedidos de candidatura tem lugar no Instituto das Comunicações e Tecnologias de Informação, às 10 horas do 2º dia útil posterior à data referida no n.º 5 do artigo 9º, conforme constar de aviso a publicar pelo Instituto das Comunicações e Tecnologias de Informação na imprensa.

2. Só podem intervir no acto público do concurso os representantes dos concorrentes, até ao máximo de três elementos por concorrente, desde que devidamente credenciados para os representarem no acto.

3. O acto público do concurso é realizado por uma comissão composta por cinco membros, adiante designada por comissão, nomeada por despacho do membro do Governo responsável pela área das comunicações, sob proposta do Instituto das Comunicações e Tecnologias de Informação, à qual compete:

- a) Confirmar a recepção dos envelopes contendo os pedidos de candidatura, bem como dos volumes que contêm os documentos e os elementos que o instruem;
- b) Proceder à abertura dos envelopes que contêm os pedidos de candidatura, bem como dos volumes que contêm os documentos e elementos correspondentes à identificação do concorrente, plano técnico e plano económico-financeira;
- c) Rubricar os originais dos documentos referidos na alínea anterior, promovendo, em simultâneo, a chancela e carimbo dos restantes documentos, e fixar um prazo para consulta dos mesmos pelos concorrentes;
- d) Verificar a qualidade dos intervenientes no acto, sempre que necessário;

- e) Aceitar e decidir sobre as reclamações que lhe sejam apresentadas no decurso do acto público, pelos representantes dos concorrentes, suspendendo o mesmo acto, sempre que necessário.

4. Das decisões referidas na alínea e) do número anterior, cabe recurso, com efeito meramente devolutivo, para o membro do Governo responsável pela área das comunicações.

5. Após a abertura das propostas e rubrica pelo presidente e representante do Ministério Público, as propostas que serão remetidas à comissão.

Artigo 14.º

(Rejeição de candidaturas)

As candidaturas são rejeitadas em qualquer fase do processo de concurso sempre que se verifique qualquer das seguintes situações:

- a) Não cumprimento do disposto nos artigos 9º, 11º e 16º;
- b) Não cumprimento dos requisitos e condições do concurso.

Artigo 15.º

(Apreciação de candidaturas)

1. Compete à comissão apreciar as candidaturas.

2. Sem prejuízo do disposto no número seguinte, a apreciação das candidaturas tem por base, prioritária e sucessivamente, os seguintes critérios de selecção:

- a) Contribuir para as melhores condições de concorrência efectiva, universalidade e diversidade de serviços;
- b) Melhores condições oferecidas, nomeadamente qualidade do serviço, maior gama de serviços e maior cobertura;
- c) Melhor qualidade do plano técnico;
- d) Melhores factores de inovação e de desenvolvimento;
- e) Melhor qualidade do plano económico-financeiro;
- f) Melhores qualificações técnicas.

3. No caso de haver vários candidatos em igualdade de circunstâncias, preferirão sobre os demais aqueles que:

- a) Possuam sede na área geográfica onde pretendem exercer a actividade de radiodifusão.
- b) Apresentem projectos de exploração que possuam maior qualidade técnica e maior grau de profissionalismo e relativamente aos quais seja demonstrada maior potencialidade económica e financeira,

designadamente no que respeita às infraestruturas equipamentos previstos;

- c) Ocupem maior tempo de emissão com programas culturais, formativos;
- d) Emitam durante um maior número de horas.

4. O Instituto das Comunicações e Tecnologias de Informação procede à análise técnica das candidaturas, bem como às demais actividades que lhe sejam solicitadas pela comissão.

Artigo 16º

(Prestação de esclarecimentos pelos concorrentes)

1. Os concorrentes, através de delegados qualificados para o efeito, obrigam-se a prestar, perante a comissão, todos os esclarecimentos que lhe forem solicitados para completa apreciação das mesmas.

2. O não cumprimento do disposto no número anterior determina a exclusão do concurso, salvo casos devidamente justificados e aceites pela comissão.

Artigo 17º

(Decisão final)

1. A comissão deve elaborar lista classificativa dos concorrentes, devidamente fundamentada, bem como propor, no prazo de 22 dias úteis a contar da data do acto público do concurso, a atribuição das licenças aos concorrentes que, satisfazendo as condições do concurso e os critérios de selecção, tenham obtido a melhor classificação, podendo o prazo indicado ser excepcionalmente prorrogado, sob proposta da comissão, por despacho do membro do Governo responsável pelas comunicações.

2. Compete ao membro do Governo responsável pelas comunicações a homologação das propostas de atribuição de licença, as quais lhe devem ser submetidas pelo presidente da comissão.

3. A decisão sobre a atribuição da licença é comunicada, pelo Instituto das Comunicações e Tecnologias de Informação, a todos os concorrentes por carta registada com aviso de recepção.

4. É reservado o direito de não homologação caso se verifique que a proposta não satisfaz as exigências de uso público inerentes à utilização das frequências postas a concurso.

Artigo 18º

(Caução definitiva)

1. As entidades a quem forem atribuídas licenças ficam obrigadas, no prazo de 10 dias úteis a contar da recepção da comunicação referida no n.º 4 do artigo anterior, a proceder, por cada licença atribuída, ao

reforço da caução para o valor de dez milhões de escudos (10 000 000\$00).

2. A caução referida no número anterior vigora por um período de cinco anos, sendo anual e progressivamente libertada até um limite de um quinto do seu valor, na medida em que se verificar o cumprimento das obrigações constantes da licença.

Artigo 19º

(Emissão da licença)

1. As licenças serão emitidas pelo Instituto das Comunicações e Tecnologias de Informação, após o cumprimento do disposto no artigo anterior, nos termos e com as menções definidos pelo Decreto-Lei n.º 2/2004, de 09 de Fevereiro.

2. Sempre que, sem motivo justificado, o concorrente a quem for atribuída a licença não cumpra o disposto no n.º 1 do artigo 18º, por proposta do Instituto das Comunicações e Tecnologias de Informação, o membro do Governo responsável pela área das comunicações devolve à comissão a lista classificativa determinando que lhe seja submetida, no prazo de cinco dias úteis, nova proposta de atribuição da licença, nos termos do n.º 1 do artigo 17º.

3. A homologação da nova proposta determina a revogação do anterior acto de atribuição da licença.

Artigo 20º

(Obrigações do licenciado)

1. As obrigações emergentes dos termos do concurso e da proposta vencedora, bem como as condições de preferência determinantes da atribuição das licenças, constituem, para todos os efeitos, parte integrante das licenças.

2. A atribuição da licença não confere à entidade licenciada quaisquer outros direitos que não sejam os que resultam dos exactos termos constantes do título de licenciamento, não sendo invocáveis quaisquer factos decorrentes da atribuição, por qualquer forma, de novos serviços ou licenças ou modificação superveniente de circunstâncias.

Artigo 21º

(Prazo da licença)

A licença terá um prazo de duração de 15 anos.

Artigo 22º

(Contagem de prazos)

À contagem dos prazos previstos no presente Regulamento aplicam-se as regras do n.º 5 do artigo 10º do Decreto-Legislativo n.º 18/97, de 10 de Novembro.

O Ministro de Estado e das Infra-estruturas e transportes, *Manuel Inocêncio Sousa*.

